

O caso do desastre da região serrana do Rio de Janeiro: São adequados os critérios adotados pela administração pública em uma situação de tragédia e calamidade?¹

*Elaborado por Jorge Gonçalves da Silva
(2014)*

Contém nota pedagógica

“Decidir no calor da guerra dos acontecimentos em meio ao caos e ser avaliado por regras de tempos de paz”.

Pensamento extraído dos dizeres de um dos prefeitos da região serrana após a calamidade sobre as cobranças feitas pelo TCU.

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra a ter vergonha de ser honesto”.

Rui Barbosa

Os primeiros momentos.

Manhã do dia 12 de janeiro de 2011, quarta-feira, como tantas outras quartas-feiras, Rafael saiu de madrugada do Rio de Janeiro com destino à Prefeitura do Município de Teresópolis na Região Serrana do Estado, onde prestava serviços de assessoria. Sua trajetória naquela função começou em abril do ano anterior, quando foi convidado para assessorar a Secretaria Municipal de Governo, devido a sua experiência profissional na Prefeitura da Capital.

¹ O documento foi originalmente elaborado para a disciplina Estudo de Caso Aprofundado, ministrada pela Professora e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Elisabete Ferrarezi.

Uma breve visão sobre os atores e sobre o ambiente em análise.

As tarefas de Rafael inicialmente consistiam na análise, avaliações jurídicas e administrativas; na elaboração dos textos de algumas normas a serem remetidas à Câmara Municipal; e na emissão de parecer sobre os processos administrativos, especialmente nos casos em que a temática ou a solução saía da via rotineira, por serem casos de maior complexidade.

Pouco tempo depois, suas funções de assessoria, já se estendiam ao gabinete do prefeito, à procuradoria do Município, e a demandas pontuais de várias Secretarias.

Seus encargos cresciam, por uma razão simples: municípios pequenos sofrem muito pela carência de pessoal qualificado na área pública, e Rafael trazia uma bagagem e apresentava soluções práticas, à luz dos entendimentos dos Órgãos de controle externos (Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União etc.). Assim auxiliava o secretariado a encontrar soluções para os problemas cotidianos de maior complexidade, orientando-os em suas inexperiências em administração e gestão pública.

Rafael passou a ser constantemente convocado para opinar em algumas ações de governo, a pedido do Prefeito Mauro, que confiava em suas avaliações técnicas e até mesmo estratégicas e políticas, no que classificava como de considerável bom senso.

Alguns meses antes da calamidade, Mauro, o prefeito, exonerou o procurador Geral e ofereceu o cargo a Rafael, que recusou, e assim foi nomeada a subprocuradora Mariana para a função.

Nascia então uma aproximação profissional entre Rafael e Mariana, o que foi um encontro benéfico para ambos.

Mariana assumiu para Rafael sua insegurança em aceitar o cargo, e lhe fez um pedido de ajuda. Rafael, por sua vez, precisava de Mariana para romper, as dificuldades que encontrava de ter acesso célere aos processos e reduzir a assimetria nas informações que necessitava para subsidiar suas atribuições. Mariana tinha anos de trabalho na Prefeitura, filha de família tradicional da cidade, e era carismática, conhecia a todos e com o cargo ascendido, transpunha os obstáculos que Rafael enfrentava por ser “estranho ao meio”.

A notícia da recusa de Rafael ao cargo facilitou em muito a aproximação de ambos, a própria confiança de Mariana em externar suas dificuldades a Rafael sem receios, provava isso.

Mauro eleito há dois anos, tinha ali seu primeiro mandato, sem nunca ter tido nenhuma experiência anterior em cargos políticos. Cirurgião obstetra se defrontou pela primeira vez com as dificuldades de gestão pública, quando assumiu o cargo de Prefeito.

Em sua carreira conhecia bem os problemas de saúde, mas não tinha menor noção da complexidade e das minúcias das outras pastas, das dificuldades dos processos de compras e de gestão Administrativa.

Era difícil fazê-lo compreender a demora que levava um processo administrativo totalmente pautado em um modelo burocrático, não informatizado como era no Município, bem como o por quê, de tantas exigências e tantos trâmites entre as Secretarias.

Por várias vezes, Mauro comentava com Rafael para que estudasse formas de promover alterações nas rotinas administrativas para que os processos tivessem maior celeridade. Rafael sabia a complexidade do pedido de aparência para ele tão simples, mas que se tratava de todo um estudo de mapeamento organizacional com revisão e implantação de processo.

Tal pleito demandaria diagnóstico e planejamento, o que extrapolaria suas atribuições, sendo necessária ao seu entendimento a contratação externa e com competência para isso, o que demandaria um tempo bem significativo, e recursos financeiros, que o Município não dispunha, e que Mauro não dimensionara na devida proporção.

João, Secretário de governo, era o fiel escudeiro de Mauro, e foi ele que convidara Rafael para as funções, gozando assim de toda a liberdade de ações e definições das iniciativas públicas. Era muito inteligente e perspicaz, e mesmo sem nunca ter exercido funções em administração Municipal, trazia uma longa bagagem de administração de empresas e de lideranças de clubes de diretores lojistas, aprendendo com muita velocidade as minúcias da administração, alcançando uma expertise muito rápida, acarreado o foco das decisões para sua pessoa.

O cenário da calamidade.

Naquele dia, Rafael seguia normalmente seu percurso ao trabalho nas primeiras horas da manhã, quando escutou em um noticiário no carro sobre, o caos instalado em toda a região serrana em decorrência das fortes chuvas que caíram naquela madrugada.

Pela estrada já via os sinais do que estava a enfrentar, muitas barreiras caídas, trânsito em uma única pista, riscos de desmoronamentos. Ao adentrar na cidade de Teresópolis, nada aparentemente de tão grave chamava a atenção se comparado ao anunciado nas rádios. O centro da cidade não havia sido tão afetado, as áreas atingidas em grande escala se restringiam aos bairros periféricos e ao interior do município, sua zona rural.

Rafael só começou a ter contato com a grandiosidade dos acontecimentos, ao passar pela frente da Delegacia Policial, que ficava a

caminho da prefeitura, quando avistou um tumulto de pessoas, posto que o Instituto Médico Legal é instalado no mesmo prédio. A aglomeração decorria por conta do enorme quantitativo de corpos que foram encaminhados para necropsia e pelo quantitativo de pessoas na procura de parentes desaparecidos dentre as dezenas, ou melhor, centenas de corpos não identificados. Um verdadeiro cenário de holocausto, muito desespero, desorientação, choro e tristeza. O aparelho estatal tinha que gerir todo aquele volume de casos e dar solução imediata para todo aquele complexo e assombroso problema.

Assim que chegou à sede da Prefeitura, Mariana havia deixado um recado para que Rafael fosse direto ao gabinete do Prefeito, local que centralizava as ações de tomada de decisões, do que foi posteriormente classificado como a maior calamidade ocorrida no país.

Naquele momento as ações eram tomadas de forma praticamente intuitiva, sem muito planejamento, e mesmo sem noção da real dimensão e da complexidade do problema. Embora a coordenação fosse primária, todos os secretários tentavam agir dentro de suas respectivas áreas de atuação, com um único propósito, salvar as vidas que estavam soterradas.

A carga emocional era enorme, muitas famílias atingidas eram conhecidas, e algumas próximas dos servidores públicos que ali atuavam. Tratavam-se de filhos, esposas, maridos, amigos e parentes. Todo o grupo apresentava forte abalo psicológico, não só decorrente da situação, mas por que eram também vítimas dela. A ausência de comunicação naquele momento piorava ainda mais a instabilidade de todos pela incerteza das pessoas atingidas e afetadas.

Já naquele momento o stress era visível nos semblantes, mais pelo impacto do terror dos acontecimentos e dos relatos do que pelo cansaço físico, este era anestesiado pelas tensões e a vontade de fazer algo para salvar vidas e resgatar pessoas das áreas atingidas.

Na verdade, o que se tinha naquele momento, era uma parca dimensão da magnitude do problema. A cada segundo chegavam novas informações, acerca de mais localidades atingidas e de mais vítimas soterradas.

Os números eram imprecisos quanto ao quantitativo de mortos, desaparecidos e de pessoas desalojadas e desabrigadas.

As informações só chegavam por intermédio de pessoas que retornavam dos locais atingidos, tendo em vista que a cidade se encontrava completamente sem luz, e sem qualquer forma de comunicação e com os acessos aos lugares completamente interrompidos pelas barreiras que destruíram todas as vias de acesso e que caíam uma após a outra. As localidades estavam aniquiladas, um verdadeiro caos instalado.

Diversos bairros estavam completamente isolados, sem qualquer acesso ou meio de contato, rios se transformaram em mares, morros se desmanchavam como se fossem meras montanhas de açúcar submetidas a uma torrente de água.

Chegavam a todo o momento informações de que haviam novas áreas isoladas com mais vítimas soterradas que necessitavam de recursos para salvá-las, ao mesmo tempo tinha-se que providenciar estrutura para abrigar o enorme número de pessoas que abandonaram as áreas atingidas. Além disso, cabia ao poder público conferir-lhes guarida em condições adequadas assim como alimentação, tratamento médico, banhos, roupas, pois haviam perdido tudo.

As decisões eram das mais diversas, como o que fazer com animais? Como separar o cachorrinho de sua dona ou de uma criança? O que fazer com a vaca que era a única do humilde agricultor, que lutou para salvá-la? Qual o risco do contato das pessoas com os animais pela possibilidade de transmissão de doenças? Como abrigar tantas pessoas? Homens e mulheres solteiros, casais, idosos, crianças, bebês e adolescentes, como organizar os grupos? Naquele primeiro momento o que se dispunha eram abrigos coletivos improvisados em escolas, igrejas, ginásios esportivos e prédios municipais. Como separar e agrupar estas pessoas? Onde arrumar máquinas e caminhões e ferramentas para atender a tanta demanda?

Não havia como buscar socorro nos municípios mais próximos, posto que o problema não se restringia a Teresópolis: a calamidade havia atingido também a sete outros municípios vizinhos.

As promotorias de infância, adolescência e de idosos cobravam respostas em relação à forma de operacionalizar, determinando que houvesse áreas reservadas a cada público, não se permitindo misturar crianças com adultos, homens com mulheres etc.

Existia um esforço desesperado de ações para tentar salvar as vidas, mas ao mesmo tempo havia um aglomerado de decisões de governança e gestão pública a serem tomadas nas situações mais inusitadas, e quase sempre de grande complexidade de deliberação. Contribuições com soluções eram poucas, cobranças muitas e das mais variadas, todas urgentes.

Inúmeras carências emergiam, os maquinários do próprio municipal eram irrisórios para todas as demandas, o número de pessoal da defesa civil não comportava o quantitativo de frentes de trabalho, carecia de veículos especiais tracionados para romper locais de difícil acesso. Era necessário comprar ferramentas, comida, água transportar os desabrigados, providenciar locais para abrigar pessoas, seus bens e seus animais, era ainda preciso criar uma logística depois de estarem abrigados.

A ajuda do Estado e da União, como fora prometida, chegaria de forma gradual, mais levaria tempo, e as decisões tinham que ser tomadas em frações de segundos. Não havia espaço para erros, nem tão pouco para lastimar pelo que não se dispunha.

O que caberia e a quem no momento da gestão da crise.

Embora várias pessoas tenham desempenhado papéis importantes, verdadeiros heróis anônimos, o **caso focaliza os atores responsáveis pelo trato dos procedimentos administrativos quando da tomada das decisões.**

Era quase que impossível naquele cenário exigir que em meio a ações operacionais, que os servidores efetivassem práticas administrativas de caráter burocrático, mas tinha-se que adequar ações às regras que versavam sobre variados temas.

Alguém deveria ficar responsável neste papel organizador e formalista, sendo certo que passado o clamor dos acontecimentos, as ações seriam avaliadas, mas não pelas atitudes de seus heróis, pelas vidas salvas, ou pelos improvisos que possibilitaram resolver a grande maioria das demandas, mas sim, pelo rigor frio dos processos que documentariam a utilização dos diversos recursos de como foram empregados e o método de escolha que resultou na tomada de decisão.

Todas as ações efetivadas naquele momento tratavam de procedimentos da administração pública, que envolvia práticas cotidianas e com previsões legais, como contratações, locações, terceirizações, compras, enfim tudo deveria ser instruído processualmente e seria cobrado posteriormente.

Acreditava-se que isso ocorreria logo que cessasse a crise, mas as cobranças e pressões se deram concomitantemente aos resgates, quer fosse pelo Ministério Público estadual, federal, Controladoria da União, Tribunal de Contas do Estado, Câmara Municipal e pelos diversos tipos de organizações da sociedade civil, a ponto, de não se saber a quem atender primeiro. Todos desejavam desempenhar um papel, em especial, o de controlar os atores públicos, ignorando a dimensão da crise e a primazia das ações.

Como agregar posições tão insulares, com suas prerrogativas e poder de controle? Em uma situação de crise o carisma do gestor pesa na conduta dos diversos atores envolvidos? Como unir e convergir? Havia tempo para ser político em meio a tanta demanda? Ou para que se tenha resposta rápida deve-se agir com império e menos democracia e arcar posteriormente com os encargos desta escolha?

A primeira preocupação no sentido de organização administrativa era que algo deveria ser feito para acelerar e simplificar o curso dos

processos sem, contudo, se descuidar dos ritos de cada procedimento e usando os recursos e meios disponíveis, ou seja, mapear os processos, revisar todo seu ciclo, implantar o processo revisado. Tudo ao mesmo tempo.

Mauro dirigindo-se a Rafael e a Mariana, em tom de apelo disse: “Doutores, estamos tomando decisões administrativas, sem a conclusão dos procedimento para ampará-las, estou convocando pessoas, contratando máquinas de empresas privadas, sem avaliar nenhum critério, a não ser da urgência e por estarem disponíveis de imediato para salvar as pessoas”. Ele sabia que isto poderá lhe trazer complicações futuras e pediu colaboração para sustentar as decisões dele e de seu secretariado naquele momento, em especial, em que tinham que possuir maior autonomia.

Burocracia administrativa controle dos serviços x análise futura dos procedimentos pelos órgãos de controle.

Um conflito inicial e que atingia a todos consistia no que fazer para enxugar os processos administrativos, sem perder sua essência, e ao mesmo tempo cumprir com o mínimo de atos necessários sem comprometer os ritos.

Assim, efetuaram um parecer jurídico com uma narrativa padrão para instruir todos os procedimentos abertos.

Elaboraram um requerimento simples de requisição de mercadorias e sintetizaram um organograma com cinco fases:

- A primeira concentrou os processos para compras de todas as secretarias na Secretaria de Administração, contendo o parecer da procuradoria;
- A segunda fase consistia na autorização do prefeito;
- A terceira em juntar a cotação de preços realizada pela secretaria de administração;
- A quarta fase do empenho pelo controle interno, receber as notas fiscais com o atesto de dois servidores da secretaria de origem, ou nos casos de compra centralizadas, por dois da própria secretaria de administração;
- A quinta fase era a remessa dos autos à Secretaria de Fazenda para liquidação, pagamento e registro contábil, e por fim ao Controle interno para avaliação final e análise de pendências.

Por certo nem todas as fases se dariam durante aquele momento inicial de crise, mas se organizariam todas as ações na cronologia dos acontecimentos, e na medida de suas demandas, em consonância com os respectivos procedimentos administrativos instaurados no protocolo

geral ao tempo de sua solicitação, possibilitando assim se ter idéia do volume de ações demandadas e dos atos a serem praticados, no que se referia a suportar financeiramente as aquisições e contratações efetuadas durante aquele momento. Visando garantir às pessoas que estavam contratando ou sendo contratadas e vendendo ou requisitando as compras, posto que para tudo existia um procedimento instruído e aberto em tempo real, a amparar as relações.

Esta simplificação na estrutura, reduzindo os ciclos dos processos, proporcionava mais celeridade, e os casos que fugissem a este fluxo por complexidade própria eram avaliados um a um, na medida em que eram solicitados. A idéia consistia basicamente em agrupar em modelos padrões e deixar de fora as excepcionalidades, para se ganhar tempo otimizando e valorando o que se tinha de forma escassa, que era mão de obra.

No entanto, havia um conjunto de ações que demandava uma postura mais proativa quanto aos procedimentos de obras, limpeza e varrição.

Mas qual seria o critério para acompanhar as diversas frentes de obras? Como evitar possíveis cobranças sem execução de serviços, com tantas frentes de trabalho e tantas máquinas convocadas? Qual critério justificava a escolha das empresas que foram chamadas?

O critério de seleção adotado foi o de utilizar as empresas que estavam atuando no município, e que dispunham de máquinas e pessoal para uma mobilização de forma imediata.

Os avaliadores desta tomada de decisão depois do ocorrido argüiram: mas não foi feita uma avaliação dos preços cobrados para se objetivar uma melhor oferta?

Haveria tempo para um processo criterioso de escolha? O que foi feito foi convidar as empresas que estavam próximas, mas o questionamento final era de por que se permaneceu depois com as mesmas empresas de antes?

Por que questionar a escolha, se o preço pago foi o constante na tabela de preços da EMOP (Empresa de obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), que é a utilizada normalmente para projetos de obras?

Surgiu mais tarde uma série de críticas do TCU, posto que fora utilizado como parâmetro a tabela de preços da construção Civil no Estado do Rio de Janeiro - EMOP para o pagamento. As obras federais são balizadas pela tabela da SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e os recursos encaminhados do governo federal, gastos em obras deveriam ter sido pagos com base nesta tabela.

Mas qual a diferença entre as tabelas? O prestador de serviços não saberia se seria pago com recurso de uma ou de outra fonte e, naquela altura, nem mesmo a própria administração saberia responder a fonte exata do recurso que comportaria os pagamentos, isso só e bem definido

nas rotinas do dia a dia da administração que efetua obras com o recurso pré-especificado em seus editais.

Outro fator a ser analisado era como lidar com o oportunismo? Em especial com o Risco Moral, com os desvios.

A regra determina ser por controle, mas controle é sempre algo caro, de custos elevados, e demanda iniciativas de gestão e governança que nem sempre atingem os resultados esperados. Como fazer isso em momento de crise?

Embora de difícil aplicação prática, se buscou ter a preocupação de como exercer o controle sobre as empresas que trabalhavam na desobstrução das vias de acesso e a criatividade foi empregada como forma de fazer exercer com o que se dispunha naquele momento a maior frente de controle durante a execução.

O número de fiscais de obras no Município era não mais que meia dúzia e com mais de 90 frentes de trabalho, como controlar o quantitativo de caminhões de entulho, as horas de máquina e tipo de máquina utilizada, o quantitativo de funcionários que a empresa deslocou para determinada frente?

A solução encontrada foi nomear *ad hoc*, como fiscais, todos os funcionários da secretaria de obras e serviços gerais, que estavam nas frentes de trabalho, autorizando-os a assinar os relatórios de obras e de desempenho dos serviços das empresas que ali estavam trabalhando.

Todas as soluções propostas pelos atores foram acatadas, sem qualquer questionamento, incremento ou mesmo opinião, tanto por Mauro como por João, o que aumentava a responsabilidade de Rafael e Mariana de que a implantação do processo revisado tinha que ser o mais exitoso possível, pois eram deles todas as responsabilidades decorrentes dos insucessos que por ventura viessem a ter.

As ações de gestão de crise durariam semanas. Para se ter dimensão, a rodovia que liga os dois maiores Municípios na região só teve a passagem de carros liberada após o 12º dia, e durante meses ainda se resgataram corpos dos escombros.

E durante todo esse período, os processos foram executados com esta rotina administrativa de emergência.

Quando foi recebida a notícia de que chegaria uma equipe do FNDE e do corpo técnico de TCU para auxiliar na análise dos procedimentos, Rafael e Mariana ficam aliviados por poderem por à prova os improvisos feitos e aparar arestas técnicas ter opiniões sobre o que fora feito no intuito de conferir agilidade a um modelo burocrático padrão.

A equipe do TCU, após olhar a documentação, afirmou não poder emitir esclarecimentos nos casos em concretos sob pena de comprometimento quando da análise dos processos mais adiante nos

juízos das contas, e que só poderiam se manifestar de forma genérica e em situações hipotéticas.

Entretanto, este deveria ser o papel que estas Cortes deveriam ter desempenhado naquele momento de calamidade? Haveria algo diferente a ser feito pelo corpo instrutivo técnico encaminhado? Há preparo específico do corpo técnico destes Órgãos para atuarem em situações desta natureza? Haveria excepcionais legais e procedimentais para amparar conduta diversa desses técnicos? Ou estão amarrados a um modelo normativo que não comporta exceções de crises e calamidades, avaliando tudo com regras de situações de normalidades?

A falta dos insumos básicos, as regras de mercado e as que balizam as compras públicas (Relações de consumo, economicidade e a dinâmica de oscilação dos preços).

Parece trivial, mas quando ocorrem situações de calamidade, logo se tornam escassos os produtos essenciais e a água é um dos primeiros a faltar. Havia ainda dúvidas quanto à qualidade da água potável que é distribuída, com riscos de contaminações.

Por esse motivo, se aconselhava à população que deixasse de ingerir a água encanada fornecida e que apenas bebessem água mineral.

Acarretando, por conseguinte, uma corrida ao consumo de água mineral, o que fez aumentar o preço, o velho binômio oferta x demanda, e como o reabastecimento do comércio estava obstado pelo isolamento, a oferta do produto diminuiu, e fizeram surgir situações de comércio oportunistas.

Rafael estava na sua sala quando João lhe consulta que atitude poderia tomar, pois a população estava necessitando de água potável, e o comércio local se aproveitando deste fato, elevou o preço mais que o quántuplo, e ele, se referindo à sua pasta, necessitavam também adquirir água para dar as pessoas que estavam trabalhando no socorro e aos desabrigados que estava nos locais montados.

O Secretario de administração possuía uma pesquisa de preços incompatível com o preço praticado naquele momento. A lei brasileira não impõe regras balizadoras de preços, além do que a competência sobre a matéria não seria do âmbito Municipal. O que fazer?

Neste contexto, Rafael fica com um dilema, que medidas adotar de imediato? A médio prazo tudo se resolveria, mas como conter este oportunismo e tentar conter o mercado?

Na busca de uma orientação, consulta-se com o amigo Fernando, que exercia a função de Secretário Estadual de Defesa do Consumidor, que confirma exatamente o que temia não havia previsão em lei, que pudesse

imputar alguma sanção pecuniária aos comerciantes nesta prática oportunista.

Não havia nenhuma medida no Código de Defesa do Consumidor que pudesse ser usada para compelir os comerciantes a baixarem os preços.

Tinha-se que comprar água. Como pagar aquele preço incompatível com os preços de comércio em situações normais? Como provar depois a economicidade nesta compra? E a razoabilidade?

Rafael e Mariana tinham que encontrar uma saída, de forma mediata, o problema seria resolvido, bastaria apenas um apelo popular pedindo doações, ou mesmo efetuando compra fora do município. Como foi feito.

Mas e naquele momento? Como conter, principalmente os comércios de lugarejos mais distantes na proteção dos cidadãos moradores nas proximidades as áreas rurais afetadas, onde veículos não passavam ante as obstruções dos acessos, apenas se atingiam a pé, lugares de baixa renda. O que fazer para minimizar a exploração desenfreada à população?

A proposta sugerida foi: reunir alguns fiscais de postura e vigilância Sanitária, e os deslocar para estes pontos de venda de água, tentando a princípio, efetuar uma solicitação de conscientização e solidariedade.

Isto numa primeira visita de orientação, até porque qualquer atitude seria vista como deixar de atuar no salvamento para ficar aplicando multa, mas os fiscais deveriam retornar aos estabelecimentos momentos depois, e não havendo um bom senso dos comerciantes, efetuarem uma fiscalização padrão.

Apostava-se no temor ao exercício do poder de polícia, como forma de inibir esta conduta, certo ou errado, os preços foram contidos, com duras críticas sobre a atuação de fiscais no comércio em um momento de calamidade, mas como explicar os verdadeiros motivos?

Entretanto no que cabia à administração, não foi possível evitar algumas compras de água por secretarias que estavam atuando na frente em locais distantes no interior do Município, em especial as de assistência social. Porém apenas o necessário até que se obtivessem outras fontes de fornecimento, afinal, tinha-se que cozinhar e hidratar um enorme número de pessoas.

Não tardou muito para o retorno do apelo, amplamente divulgado em toda imprensa, surtir efeito, tendo-se por resultado a doação de vários litros de água mineral.

As solicitações de doações chegaram em grandes volumes até acima da demanda.

Escassez em um dia e excesso do mesmo produto nos dias seguintes, ao ponto de se ter que pedir que parassem os envios de doações de água, por não se ter onde guardar.

O que não foi antevisto, foi que a vinculação da matéria mostrando as doações serviria de mais um elemento de questionamento dos órgãos de controle, após a calamidade, levantando-se suspeitas de desvios de verbas, superfaturamento, pelos valores elevados pagos em alguns galões de água a um preço acima do preço de mercado, ferindo o princípio da economicidade, além do que questionando a necessidade da compra quando tantos caminhões carregados de galões de água haviam sido doados.

Novos paradigmas, a inovação na administração, o medo de mudança.

Vivenciamos uma transição dos modelos gerenciais, para uma gestão em rede. Buscamos soluções aos problemas de governança que assolam o dia a dia da administração, visamos alcançar o valor público de forma sustentável.

Este cenário, entretanto, se contrapõe à prática burocrática que rege a administração pública em seus processos. Em vista disso, quais soluções podem ser propostas?

Inovar na administração é cada vez mais raro, por motivos não plausíveis, mas reais. Quem ousa inovar, se expõe, e será avaliado por regras burocráticas conservadoras oriundas de um modelo descompassado às demandas e à evolução do cotidiano da sociedade. Nesse sentido, o que fazer para estimular práticas inovadoras na administração?

Existem muitos Rafaelis, Marianas e Joãos ocupando funções nos mais variados Órgãos da administração pública.

Mariana deixou suas funções públicas e hoje trabalha na iniciativa privada que possuem relações comerciais com administrações públicas.

João também deixou suas funções públicas e segue como administrador em um empreendimento pessoal.

Rafael tem se alicerçado nos estudos, em especial para reduzir na prática tantos “Não se aplicam” “Entendemos que não...” de seus pareceres, uma constante na rotina dos operadores do direito na área pública, que soa quase como um mantra, que freia tantas iniciativas inovadoras ou de mudança na administração pública.

O Prefeito? Este ainda responde por irregularidades na gestão dos recursos no período da calamidade.

Soluções necessitam ser formuladas para preventivamente tratar as questões de crise, mas regras também necessitam ser ajustadas e mudanças feitas.